

Demarcação de terras kaiowa e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial*

Demarcation of kaiowa and guarani Brazilian indigenous lands: traditional occupation patterns, organizational restructurings and territorial management practices

Levi Marques Pereira**

Resumo: O artigo discute o processo de regularização fundiária das terras de ocupação tradicional de comunidades kaiowa e guarani em Mato Grosso do Sul a partir do equacionamento de três variáveis que interferem diretamente no processo. Estas três variáveis são: a) a **territorial**, que diz respeito à identificação das terras de ocupação tradicional, de acordo com a legislação indígenista brasileira; b) a **organizacional**, que se refere à reconfiguração das famílias indígenas enquanto comunidades políticas que demandam reconhecimento de territórios étnicos de áreas das quais foram expropriadas; e c) a **ambiental**, que coloca o desafio da gestão territorial nos territórios indígenas. A discussão a respeito das transformações no manejo do fogo, intrinsecamente associadas à condição de degradação ambiental, exemplifica a discussão da variável ambiental.

Palavras-chave: Índios kaiowa e guarani; Terra indígena; Organização social e territorial.

Abstract: This article discusses the process of land tenure regularization in terms of the traditional occupation by the Kaiowa and Guarani indigenous communities in the Brazilian State of Mato Grosso do Sul. This process starts from the equation involving three directly interfering variables. These variables are: a) the territorial one - which deals with the identification of traditionally occupied lands, according to abiding Brazilian legislation on indigenous issues; b) the organizational one - which refers to the restructuring of the indigenous families as political communities demanding recognition of the ethnic territories from which they were expropriated; and c) the environmental one - which challenges

* O presente artigo discute dados apresentados inicialmente na tese de doutorado (Pereira, 2004) e inclui material oriundo de projeto de pesquisa em desenvolvimento que conta com o apoio da FUNDECT. Incorporo ainda dados dos estudos técnicos para a identificação e delimitação de terras indígenas em MS, realizados pela FUNAI, dos quais participei como colaborador.

** Antropólogo, professor na UFGD.

levipereira@ibest.com.br

the territorial management of indigenous areas. The environmental variable is exemplified by the discussion on the transformation in fire management practices and techniques, intrinsically associated to the condition of environmental degradation.

Key-words: Kaiowa and Guarani indigenous peoples; Indigenous lands; Social and territorial organization.

Introdução

O presente artigo procura demonstrar como os procedimentos de reconhecimento e regularização fundiária das terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades kaiowa e guarani¹ em Mato Grosso do Sul requerem o devido equacionamento das variáveis territorial, organizacional e ambiental. Parto da premissa de que o sentido último da garantia territorial é assegurar a reprodução física e cultural das comunidades indígenas, de acordo com o preceito constitucional definido no Artigo 231. A partir daí tento demonstrar a relação de interdependência entre as três variáveis, cuja consideração conjunta me parece necessária para que a identificação e demarcação das terras indígenas cumpram devidamente o marco legal constitucionalmente definido, que é assegurar as condições necessárias para a reprodução física e cultural dos povos indígenas etnicamente diferenciados que fazem parte do Estado Nacional.

Três argumentos são centrais na sustentação da exposição. Tais argumentos se sustentam em diversas pesquisas acadêmicas de historiadores, como as dissertações e teses de Brand (1993 e 1997) e o livro que trata do laudo antropológico realizado na terra indígena Nãnde Ru Marangatu por Eremites e Oliveira e Pereira (2009). O primeiro argumento se refere à constatação de que as comunidades kaiowa e guarani foram expropriadas de seus territórios tradicionais para dar lugar à expansão da frente de ocupação agropastoril. O segundo argumento diz respeito ao impacto que a expropriação territorial exerceu sobre a organização social, gerando um fator desagregador da estrutura política das comunidades, cuja população foi dispersa por várias localidades, enfraquecendo suas organizações políticas. O terceiro e último remete às iniciativas de vários líderes indígenas de tentarem reagrupar suas comunidades com o fim de reocupar parte dos territórios perdidos para a ocupação agropastoril, o que ocorreu de forma determinante a partir da década de 1980. Esses argumentos merecem uma consideração mais detalhada, dada a importância que adquirem na presente exposição.

Com respeito ao primeiro argumento, o da expropriação das terras indígenas, os estudos históricos constataam que, a partir da penúltima década do século XIX, as comunidades kaiowa e guarani foram sendo gradativamente expropriadas das terras que até então ocupavam com exclusividade, de acordo com seus usos, costumes e tradições. Brand (1993 e 1997) foi o primeiro historiador a descrever em profundidade este processo, sustentando sua análise em sólidas pesquisas documentais e em narrativas históricas dos próprios líderes indígenas. A partir dos estudos pioneiros de Brand, uma leva de estudiosos passou a se dedicar a aprofundar o tema, tais como Ferreira (2007), Pacheco (2009) e Lutti (2009). Estudos de natureza antropológica, como a dissertação de Pimentel (2006), o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Takuara, situada no município de Juti (Pereira, 2005) e o recente livro que apresenta os resultados de trabalhos periciais na Terra Indígena Nãnde Ru Marangatu (Eremites de Oliveira; Pereira, 2009) revelam que a expropriação das terras indígenas foi mais intensa em alguns períodos, como entre as décadas de 1930 e 1950, período que coincide com o requerimento e titulação da maior parte das terras por particulares e, entre as décadas de 1960-1980, quando ocorre a ocupação efetiva da maior parte das terras com atividades agropecuárias.

O segundo argumento se refere à constatação de que o processo de perda do controle territorial caminhou *pari passu* com a gradativa perda da autonomia política de muitas comunidades. Deslocadas de sua base territorial, elas se viram constrangidas a se territorializarem no interior das oito pequenas reservas indígenas demarcadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), entre as décadas de 1915 e 1928. Nas décadas seguintes, essas reservas se constituíram em espaço de recolhimento das comunidades que perderam suas terras tradicionais, fenômeno para o qual o historiador Antônio Brand cunhou o termo “confinamento” territorial (Brand, 2007), que passou a ser utilizado pela maior parte dos estudiosos do processo histórico recente destas comunidades. No início da ocupação agropastoril foi frequente a dispersão de famílias indígenas de várias comunidades por fazendas em fase de instalação, período regionalmente denominada de “abertura das fazendas”, quando indígenas foram incorporados como mão-de-obra temporária ou na condição de agregados de fazendas². Concluída a instalação das fazendas, a mão-de-obra indígena se tornou dispensável, e a maior parte das famílias que viviam nas fazendas tinham apenas dois destinos possíveis: se recolher nas reservas demarcadas ou passar a morar na periferia dos núcleos urbanos que surgiram na região. A partir do final da década de 1970, as reservas aumentam

substancialmente sua população devido ao recolhimento da população de várias famílias que perderam suas moradias nas fazendas (Brand, 1997). O mesmo autor registra o termo *sarambi*, traduzido no português falado por seus interlocutores indígenas como *esparramo*, como sendo a forma utilizada pelos Kaiowa e Guarani para definir o processo de fragmentação de suas comunidades.

A consideração conjunta dos dois primeiros argumentos permite atestar que a perda dos territórios tradicionais teve como consequência direta a dispersão espacial e a fragmentação política das comunidades. Tal situação comprometeu e segue comprometendo a reprodução física e cultural da população kaiowa e guarani, criando sérios impasses para a convivência da população aglomerada nas reservas, o que se expressa no agravamento de problemas sociais como a violência, conflitos internos, desnutrição infantil e mesmo em frequentes surtos epidêmicos de suicídios. Retomamos aqui o terceiro argumento esboçado anteriormente, que se refere às iniciativas de vários líderes indígenas de tentarem reagrupar suas comunidades com o fim de reocupar parte dos territórios perdidos para a ocupação agropastoril. Tais tentativas são percebidas como necessárias para recuperar as condições necessárias à reprodução física e cultural de suas comunidades. Isto requer o empenho dos líderes no reagrupamento dos parentes e na atualização de formas de sociabilidade parental, tornando possível a atualização das comunidades políticas. Apresentar-se como comunidade política é o primeiro passo para novamente reivindicarem uma base territorial.

Importa destacar a conjunção dos três argumentos, uma vez que: a) as comunidades foram deslocadas de seus territórios tradicionais; b) tais deslocamentos resultaram em grande dispersão geográfica e fragmentação política das comunidades; c) as iniciativas dos atuais líderes se colocam como desafio de superação dessa situação histórica adversa, pois procuram rearticular e reordenar politicamente suas comunidades para dar visibilidade às demandas territoriais. Os argumentos expostos até agora serão fundamentais para a compreensão da maneira como pretendo equacionar as variáveis territorial, organizacional e ambiental, nos processos atuais de regularização fundiária para as comunidades kaiowa e guarani.

Território tradicional, re-organização social e gestão territorial

Ao longo do século XX muitas comunidades kaiowa e guarani foram expropriadas de seus territórios de ocupação tradicional. Na ausência da base territorial estas comunidades passaram a conviver com graus variados de fragmentação em seus módulos organizacionais. Isto porque a falta de base territorial afetou diretamente as relações situadas no campo da produção das condições materiais de existência, do parentesco, da residência, da política e dos eventos festivos e rituais religiosos que conformam e dão sentido as suas organizações comunitárias. Como vimos, esta fragmentação é entendida pelos índios como *esparramo* ou *sarambi*, sendo que esta última expressão tem o sentido de dispersão, mas também de confusão, falta de sentido e orientação, o que traduz de modo preciso a situação de muitas comunidades kaiowa e guarani nas últimas décadas.

Na conjuntura jurídica e política que precedeu a atual Constituição Federal (1988), as lideranças kaiowa e guarani pouco puderam fazer para reivindicar seus direitos étnicos e territoriais. Faltava-lhes direito a voz e instrumentos legais aos quais pudessem recorrer para defenderem seus direitos fundamentais. Assim, em geral tiveram de se resignar a desenvolver estratégias para construção de soluções locais de sobrevivência física e cultural no interior das reservas, fazendas ou núcleos urbanos da região. Necessariamente isto implicou muitas concessões por parte dos indígenas, dada a conjuntura política que lhes era francamente desfavorável.

A situação jurídica muda radicalmente a partir da promulgação da Constituição de 1988 que assegura aos índios o direito de terem suas terras reconhecidas e demarcadas pelo Estado Brasileiro. Entretanto, as lideranças indígenas tiveram de enfrentar o desafio de superar a condição de fragmentação de suas comunidades, resultada de anos ou décadas de exílio de suas terras. Vale lembrar que mesmo com as mudanças no modo de se pensar a nação brasileira, estabelecidas na nova constituição, o cenário político local ou regional continua apresentando uma conjuntura política refratária ao reconhecimento dos direitos indígenas.

As lideranças indígenas dispõem de poucos recursos para deslocamento, comunicação e mesmo para assegurar a subsistência de sua família nuclear e das famílias de parentes que se dispõem a reconhecê-las como liderança. Isto dificulta o reagrupamento das comunidades e o engajamento dos parentes na luta pela demarcação da terra. Mesmo com todas estas dificuldades, muitas lideranças se lançam na aventura de reorganizar suas comunidades, juntando as famílias num setor definido de

algumas das reservas ou acampando em áreas reocupadas ou em margens de rodovias. Com tais estratégias, buscam dar visibilidade a suas comunidades e demandas territoriais. Uma vez reunidos os parentes, empenham-se na revitalização das atividades comunitárias, imprescindíveis para o andamento do processo administrativo de demarcação da terra ou para a participação nos processos judiciais. Nesta situação, muitas lideranças ficam expostas aos conflitos e violências que historicamente impregnam os processos de disputas pela posse da terra no Brasil.

Relatos de lideranças indígenas, como no caso de Ambrósio Vilharva que liderou o processo de reivindicação da Terra Indígena Guyra Roka no final da década de 1990, explicitam que a decisão de enfrentar o desafio de reorganizar a comunidade é o primeiro passo para reunir condições para enfrentar a demanda territorial. Em tais situações as lideranças costumam buscar apoio nos valores religiosos do grupo para conseguir êxito nesta difícil tarefa. Reproduzo a seguir uma passagem do relatório de identificação desta terra indígena, bastante esclarecedora:

Ambrósio afirmou que quando iniciou o trabalho de reorganizar as famílias para retomar o território, sentiu necessidade de aprender mais sobre o sistema dos antigos. Disse que com a expulsão da comunidade de Guyraroká e a vida errante pelas fazendas e reservas demarcadas, a família de seus pais, que pertence a uma linhagem de rezadores renomados, foi obrigada a interromper muitos ciclos de rezas. Dessa forma, as pessoas de sua geração ficaram com uma lacuna na formação. Para resolver o problema, Ambrósio começou sua iniciação religiosa com o pai (Papito Vilharva) e com o sogro (Jorge Paulo), ambos reconhecidos como xamãs importantes. Em determinado momento, sentiu necessidade de se dirigir até o Paraguai, segundo disse, em busca do conhecimento dos caciques antigos (xamãs), que existem em pequeno número no Brasil hoje. Na verdade, os poucos que existem alegam que não dá para rezar mais, pois vivem em reservas superpovoadas, com conflitos políticos, interferência de “crentes”, dependência do “branco” e falta de recursos ambientais como caça, mel e cultivos de plantas agrícolas tradicionais, imprescindíveis para a realização dos rituais nos quais as rezas são executadas. No Paraguai, Ambrósio procurou os velhos, rezou com eles e expôs as dificuldades que teria pela frente na retomada da terra. Os velhos xamãs deram as instruções de como ele haveria de proceder e após algum tempo de preparação retornou ao Brasil, “aí tudo ficou mais fácil, o que parecia impossível começou a acontecer, a FUNAI criou o Grupo de Identificação e vocês estão aqui para realizar o trabalho” (Relato de Ambrósio).

Ambrósio (e a comunidade como um todo) encara a retomada da terra tradicional como um movimento de reativação do sistema tradicional, pois “na reserva demarcada não tem ambiente, as pessoas não se

envolvem com a reza, as crianças quando vão para a escola são discriminadas pelos filhos dos índios crentes que costumam chamá-las de demônios, só depois que viemos para o acampamento é que as crianças passaram a se envolver mais com a reza” (Relato de Ambrósio).

A mobilização em torno da reconquista do território é, assim, uma ação no sentido de colocar novamente em operação os mecanismos de reprodução social, uma tentativa de reposição de formas de sociabilidade. Os Kaiowa buscam, com o retorno ao seu território tradicional, reconstituir formas de “solidariedades danificadas”, no sentido que Giddens (1996) atribui a essa expressão. Entretanto, na compreensão dos Kaiowa, a recuperação das rezas, é uma condição primeira e necessária para o retorno a terra, só quando deus ouvir as rezas é que poderão recuperar as terras de onde foram expulsos. (Pereira, 2002b, p. 88 e 89)

Entretanto, as terras reconhecidas ou em processo de reconhecimento como de ocupação tradicional por comunidades kaiowa e guarani em Mato Grosso do Sul encontram-se fortemente impactadas pela ocupação agropastoril. Isto dificulta a apropriação sustentável de recursos essenciais à reprodução física e cultural dos indígenas. Quando os índios logram retomar o controle sobre suas terras tradicionais, os recursos naturais como mata, caça, pesca e terras apropriadas para a prática da agricultura tradicional encontram-se profundamente comprometidos.

Nas páginas anteriores foi possível expor vários aspectos associados às variáveis territoriais e organizacionais e também analisar o modo como elas interferem na história recente das comunidades kaiowa e guarani. No tópico seguinte, discuto mais detalhadamente a variável ambiental. Tal discussão será realizada a partir da abordagem dos significados atribuídos às transformações no manejo do fogo para, em seguida, nas considerações finais, retomar o tema da conjunção e interdependência entre as variáveis territorial, organizacional e ambiental.

O ambiente em interface com elementos da organização social e da cosmologia dos Kaiowa e Guarani: significados atribuídos às transformações no manejo do fogo

“O fogo limpa, e o Kaiowa gosta de viver no limpo”. Augusto, líder kaiowa da reserva de Pirakuá.

Este tópico discute o manejo do fogo pelos Kaiowa e Guarani utilizado na confecção de suas roças tradicionais de coivara³ que eles seguem praticando sempre que as condições ecológicas lhes são favoráveis. O uso do fogo é aqui tomado como fator emblemático da variável ambiental.

Isto porque ele se constitui como campo problemático privilegiado para refletir a respeito das transformações ambientais provocadas pelo manejo do fogo em moldes tradicionais em ambiente totalmente alterado por fatores como o desmatamento em larga escala e a introdução de gramíneas. A opção por eleger o fogo como lugar estratégico para pensar o fator ecológico não exclui a importância de outros fatores, tais como o uso inadequado das técnicas de mecanização agrícola ou a introdução de sementes híbridas, que poderão render boas análises.

A opção aqui é por explorar as implicações do manejo do fogo nas condições ambientais dos espaços ocupados pela maior parte das atuais comunidades kaiowá e guarani, quando as roças são cultivadas em espaços com poucas áreas de matas. Me apoio especialmente em Descola (1988), que discute a prática de lavouras indígenas em sistema de coivara.

Os Kaiowa e Guarani consideram o uso do fogo como uma importante técnica de cultivo, praticada desde tempos imemoriais, com o objetivo de livrar o solo da vegetação nativa e deixá-lo pronto para o plantio. Parece ser completamente estranha a ideia de o fogo ser prejudicial às propriedades físicas e químicas do solo, por destruir a matéria orgânica e acelerar o seu empobrecimento, com a rápida perda de nutrientes, essenciais ao desenvolvimento das plantas cultivadas que se volatilizam durante a queimada.

A agricultura de coivara sempre foi praticada com sucesso entre os Kaiowa e Guarani, dentro das condições ecológicas e demográficas em que viviam antes da penetração colonial. Entretanto, a inexistência atual de áreas suficientes de floresta nos espaços por eles ocupados impõe problemas para essa prática, obrigando a reformulação de concepções com forte enraizamento cultural e impondo a assimilação de novas técnicas de cultivo.

O fogo é visto como uma técnica profilática que esteriliza o solo, conforme a frase utilizada como epígrafe ao presente tópico: “o fogo limpa e o Kaiowa gosta de viver no limpo”. Assim, não só a vegetação do local da futura roça deve ser queimada, mas também o espaço destinado à construção da casa e do pátio. Na clareira destinada à construção da habitação, a ação do fogo cumpre uma função profilática, mas também estética, emoldurando o espaço habitado pelos humanos. De um ponto de vista prático, os Kaiowa e os Guarani reconhecem que o fogo afugenta animais indesejáveis ou perigosos, como as cobras e aranhas. Observa-se ainda que o solo sem vegetação ou massa seca acumulada dificulta o esconderijo de animais e insetos nocivos ao convívio humano (mosquitos, ratos, baratas, etc.).

O uso do fogo funcionava muito bem no sistema de manejo tradicional quando os Kaiowa dispunham sempre de extensas áreas de floresta para a instalação de novos roçados enquanto a antiga roça – *kokue kue*⁴ –, tornada pouco produtiva pelo desgaste do solo ou, mais provavelmente, pela invasão de plantas daninhas, era abandonada para a lenta regeneração da floresta. Durante alguns anos, a antiga roça continuava sendo visitada por expedições de coleta para recolher produtos de plantas perenes ou semiperenes, como banana, batata, fumo, urucum, mamão e outras espécies de frutas. As adjacências das roças antigas eram ainda local privilegiado para a instalação das armadilhas de caça.

O uso do fogo enquanto técnica para limpar e preparar o solo é associado ao trabalho masculino de roçar e queimar – *okopi* e *ohapi* (*okaiipa*) –, que envolvem o trabalho de preparação da nova roça. Estas atividades antecedem o plantio – *oñoty* –, trabalho no qual geralmente as mulheres têm uma participação efetiva e, no caso de certas espécies, exclusiva, pois só elas devem semear. Essas atividades seguem, portanto, o eixo da divisão sexual do trabalho.

O observador externo visualiza facilmente que atualmente o fogo se tornou um sério problema ambiental nos espaços ocupados por comunidades kaiowa e guarani. Entretanto, é necessário registrar que esta não parece ser necessariamente a compreensão da maioria destes índios, pois, como veremos, eles atribuem outras causas ao fenômeno do descontrole do fogo. Para o observador externo, a principal causa da expansão e o descontrole do fogo é a infestação de gramíneas altamente resistentes, como o colônio e a baquiária, plantas oriundas dos continentes africano e asiático, desconhecidas na região até serem introduzidas pelos criadores de gado há poucas décadas. Essas gramíneas produzem uma enorme quantidade de massa verde que, no caso das áreas indígenas, não é consumida pelo gado. A massa verde de capim se acumula, formando um colchão sobre o solo. Com a estiagem que acontece na região no final do inverno (julho-agosto-setembro), esta vegetação fica completamente seca, e o fogo encontra um enorme depósito de combustível, podendo atingir proporções incontroláveis. É comum acontecerem incêndios colossais que chegam a queimar toda a área da reserva, não poupando nem mesmo casas e plantações.

As gramíneas margeiam as áreas de mata e invadem totalmente as capoeiras. Os Kaiowa e Guarani definem como capoeiras as antigas áreas de cultivo que estão em processo de regeneração pela recomposição gradual da floresta. Nessas áreas, as árvores maiores e de ciclo de vida mais longo estão crescendo, sombreando e asfixiando gradativamente a

vegetação rasteira ou de menor ciclo de vida, que forma a primeira cobertura vegetal do solo no período imediatamente posterior ao abandono da roça. Quando a vegetação rasteira foi eliminada, a área é considerada “boa” para a realização de novo plantio. Pode-se então realizar a derrubada das árvores que, muitas vezes, ainda não têm uma grande espessura, a queima e o novo plantio. Acontece que a introdução das gramíneas na região, aliada à constante presença do fogo, interromperam esse ciclo regenerativo, introduzindo um grave problema ambiental que inviabiliza a prática da roça de “coivara”. A situação é agravada pela grande pressão sobre o uso de recursos escassos por uma população cada vez maior, dentro do pouco espaço das oito reservas indígenas demarcadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e das aldeias demarcadas a partir do final da década de 1980.

Quando o fogo atinge as áreas de capoeira, queima as gramíneas que aí rapidamente se instalaram⁵ e também a brotação da vegetação nativa, que requer um período mais longo de regeneração, quando comparado ao requerido pelas gramíneas alienígenas. Resulta daí que uma área derrubada para realização de roça de coivara dificilmente consegue se transformar em capoeira, sendo mais comum o predomínio gradativo das gramíneas depois de seguidos anos de queimadas.

Outro problema é o efeito borda. As poucas áreas de matas ainda existentes nas reservas vão aos poucos sendo estranguladas pelo fogo que, literalmente, vai comendo pelas beiradas. A cada ano, segundo as observações dos índios, o fogo avança cerca de 10 a 40 metros pela mata, dependendo da quantidade de massa seca encontrada no período do incêndio⁶. A área de mata queimada será reinfestada com maior intensidade por gramíneas, que, no ano seguinte, fornecerão o combustível para incêndios de maiores proporções. Dessa forma, a mata vai diminuindo pela combinação da ação recorrente do fogo e pela rápida propagação das gramíneas, independentemente das áreas serem derrubadas ou utilizadas para o plantio de lavouras. As gramíneas produzem uma quantidade imensa de sementes, dispersas pelo vento, pela chuva e por pássaros, permitindo a rápida expansão sobre as áreas sem cobertura vegetal. Como as gramíneas introduzidas possuem um sistema radicular muito desenvolvido (em forma de cabeleira), competem em vantagem com o ritmo de regeneração das plantas nativas. Ao término de cada novo inverno, o fogo encontra mais combustível para renovar seu ciclo e continuar o avanço sobre a capoeira e a floresta.

Anos seguidos de fogo nas áreas infestadas por gramíneas resultam em solos pobres em nutrientes solúveis (bases) e compactos pela ausência

de matéria orgânica. Resulta daí a dificuldade de utilizá-los para a produção agrícola sem a correção do solo com calcário e adubos. Isto já ocorre na maioria das reservas demarcadas, mesmo em espaços que nunca foram cultivados, mas onde o solo foi empobrecido pelos incêndios que se repetem a cada ano. Encontra-se nesta situação a maior parte das terras reservadas pelo SPI, como as reservas de Dourados, Amambaí, Caarapó, Pirajuí, Limão Verde, Porto Lindo, Sessoró e Taquapiri, e as terras indígenas reconhecidas a partir da década de 1980, como Rancho Jacaré, Guaimbé, Pirakuá, Paraguasu, Cerrito, Guasuti, entre outras.

É possível afirmar que o descontrole do fogo associado à invasão das gramíneas tornou impraticável a agricultura tradicional kaiowa e guarani. Além de esta combinação empobrecer o solo, as gramíneas produzem um volume muito grande de sementes, que infestam as roças, ampliando as exigências de repetidas capinas para a retirada destas plantas invasoras, que germinam e se desenvolvem numa velocidade muito superior ao das plantas agrícolas cultivadas pelos índios. Poucas semanas sem os cuidados de limpeza são suficientes para a roça ficar completamente tomada pelas gramíneas, comprometendo o desenvolvimento da lavoura. Os Kaiowa e os Guarani afirmam que “o colono e a braquiária não dão folga, é necessário brigar sempre com eles”. A luta contra essas gramíneas parece estar fadada ao fracasso dentro das técnicas de manejo tradicionais, que eram satisfatoriamente adaptadas às condições de cultivo em áreas de florestas, nas quais os Kaiowa e os Guarani, por séculos, cultivaram suas roças antes do aparecimento das gramíneas de pastagens.

O manejo do fogo pelos Kaiowa e Guarani tende a seguir o modelo tradicional, refratário às constantes sugestões de abandono de seu uso propostas por agentes responsáveis pelos programas agrícolas. Isto gera certo constrangimento nas relações dos índios com técnicos agrícolas, agrônomos, ecólogos e mesmo antropólogos⁷. A dificuldade de mútua compreensão entre os índios e os agentes indigenistas em relação ao uso do fogo parece derivar do fato de expressarem representações e atitudes com importantes divergências de base. Essas divergências de base às quais me refiro são importantes porque se originam nas premissas que estruturam o pensamento, informando os sentidos mais profundos atribuídos à conduta e à ação humana.

A forma como os Kaiowa e os Guarani encaram os problemas enfrentados com o uso do fogo nas condições ambientais em que vivem atualmente é bastante reveladora do particularismo ou especificidade de suas formas de pensamento. O foco de suas preocupações parece se

concentrar na origem do descontrole do fogo, até porque reconhecem que a gênese desse descontrole coincide com a chegada dos representantes das frentes de ocupação agropastoris, por eles denominados “brancos” ou *karai*. Com base na observação empírica, reconhecem facilmente o perigo representado pelo fogo descontrolado nos períodos de seca e sabem que ele deixou de ser uma técnica de manejo e se transformou num risco permanente. Entretanto, o fogo não é pensado como um problema ambiental isolado que possa ser solucionado de um ponto de vista prático; reflete, antes, uma espécie de desalinhamento nas forças cósmicas responsáveis pelo equilíbrio da terra, com reflexo direto nas formas de convivências entre os homens e os deuses.

Assim, os índios entendem que o descontrole do fogo está intrinsecamente relacionado às transformações no campo das práticas religiosas. É por viverem de maneira incorreta que o fogo não pode ser controlado. O xamã kaiowa Tinga’u explicou que:

antes o índio antigo quando vai fazer roça, primeiro reza para escolher o local, para fazer a derrubada. Depois de roçar o mato é preciso proferir uma reza especial, destinada a controlar o fogo. A reza é feita nos quatro cantos da roça. Aí o fogo respeita, só queima até o lugar que você rezou e não invade e destrói o mato.

A escolha dos locais onde se realiza a reza antes do início da queimada segue a geometria dos paus cruzados primordiais, de acordo com os fundamentos de sustentação e equilíbrio da terra, fatos associados à cosmogênese dos Kaiowa e Guarani. O fogo é considerado um elemento benéfico mas perigoso e, segundo a profecia, pertence a uma divindade que dispõe dele como recurso que pode ser utilizado para destruir a terra. Tal fenômeno é descrito nos relatos míticos, quando a terra foi destruída por um incêndio colossal, ocorrido no tempo dos antepassados – *yma guare*, podendo ocorrer novamente caso certos procedimentos xamânicos sejam desconsiderados. Neste sentido, exige uma série de precauções rituais para a manipulação do fogo não provocar o início do cataclismo.

Os Kaiowa e os Guarani afirmam que enquanto mantiveram o controle sobre seus territórios tradicionais não havia degradação ambiental nem presença das gramíneas que hoje dominam a paisagem. São incisivos em afirmar que naquele tempo conseguiam boa produtividade agrícola, dentro de seus moldes tradicionais de cultivo, inclusive com o manejo controlado do fogo. O senso prático dos índios permite identificar a mudança ambiental ocorrida com a introdução das gramíneas, fator de expansão e descontrole do fogo. Facilmente reconhecem que a queima da massa vegetal seca produzida pelas gramíneas resulta em um tipo de

incêndio totalmente diferente da queima tradicional de uma área de mata previamente roçada. Entretanto, não consideram estes fatos como suficientes para explicar a difícil situação ambiental predominante em suas reservas. Como veremos mais adiante, para eles a explicação satisfatória exige a mobilização de elementos associados ao contato interétnico e a aproximação e contraposição da cosmologia indígena, identificadas ao *ava reko*, e da cosmologia não-indígenas, identificada ao *karai reko*.

Para compreender melhor o modo como os Kaiowa e Guarani entendem as transformações no ambiente de seus territórios tradicionais é necessário acrescentar mais dados sobre o ciclo composto pela combinação entre queimadas frequentes e expansão de gramíneas. Esta expansão é agravada por disporem nas reservas de espaços reduzidos, sem áreas de matas suficientes para a realização de novas roças, obrigando-os a preparar as roças em áreas já invadidas pelas gramíneas, resultando em lavouras com baixa produtividade agrícola e expondo as comunidades à carência de alimentos. Como mais uma consequência, aos poucos as gramíneas eliminam a diversidade vegetal, provocando o desaparecimento de muitas espécies nativas utilizadas como alimentos, remédios, cosméticos ou para finalidades rituais.

A eliminação da diversidade florística e faunística no espaço das reservas tornam estes espaços inóspitos. Isto promove o desencantamento do mundo e impõe o afastamento de diversos seres míticos ou sobrenaturais com os quais os xamãs se relacionam. O xamã Tingaú da reserva de Dourados afirmou certa vez que “sem a mata a vida do índio ficou triste”. O que está em questão aqui não é só a diminuição dos recursos de flora e fauna, mas também de seres míticos e das possibilidades de relação entre eles e os humanos. A proliferação de gramíneas representa assim um duro golpe para a agricultura kaiowa e guarani, baseada na queima da vegetação nas áreas destinadas ao plantio, técnica generalizada entre os povos indígenas das regiões de floresta tropical. Representa ainda, um sério impasse nas condições necessárias à reprodução do sistema social, já que impõe a escassez ou extinção de recursos imprescindíveis a esta reprodução.

A limitação representada pela proliferação de plantas invasoras na agricultura indígena em regiões de clima tropical e equatorial já alimentou muita polêmica na antropologia em décadas passadas. A recuperação deste debate não é compatível com os objetivos do presente artigo, cabe apenas informar que ele é bem situado por Descola (1988, p. 254-255) numa passagem de seu intenso estudo da sociedade Achuar da Amazônia equatoriana. O autor conclui que é necessário superar a abordagem inspirada em argumentos unifatoriais, como acontece nos

estudos orientados pela perspectiva do determinismo ecológico, tributária da ecologia cultural. Assim, seria necessário o esforço de encontrar explicações que contemplem fatores de outras ordens. Neste sentido, Descola argumenta, a partir do caso etnográfico por ele analisado, que entre os Achuar é fundamental levar em conta fatores sociocosmológicos relativos aos modos de produção e reprodução do próprio sistema social achuar.

Descola chama a atenção também para a necessidade de dar a devida atenção para a heterogeneidade de tipos solos e microclimas presentes na região tropical, o que seria fundamental para entender os ciclos de rotatividade dos solos cultivados pelas diversas sociedades que vivem na região tropical. Assim, conclui que:

Em definitivo, está agora correntemente admitido pelos pedólogos especialistas em solos tropicais que se a causa do abandono das lavouras que possuem solos com altas doses de bases é o problema da proliferação de adventícias, ao contrário nos solos com baixas doses de bases é a fertilidade a causa maior de abandono. (Descola, 1988, p. 255).

Infer-se que a baixa fertilidade não poderia ser pensada como um fator explicativo geral para a compreensão da agricultura nas formações sociais radicadas na região tropical, pois esta apresenta diferenciações internas em termos de solo, de maneira que a análise deve contemplar e situar caso a caso. Deve-se inclusive, buscar outros fatores propulsores desta rotatividade.

No caso em tela, os Kaiowa e Guarani vivem fora da região amazônica, mas as formulações de Descola podem ser úteis como parâmetro para pensar vários aspectos de suas práticas agrícolas. Tradicionalmente, eles cultivam em formações florestais classificadas como mata atlântica, mas a cobertura vegetal original de seu território era em forma de mosaico, intercalando áreas de mata com campos e cerrados. A área de mata contínua mais extensa era formada pela Mata de Dourados, que se estendia por vários municípios da região sul do MS. Era justamente nesta faixa de mata que estavam localizadas a maior parte de suas comunidades. Ás áreas de campo e cerrado eram utilizadas para práticas de caça e coleta e, em alguns casos, para o cultivo de plantas mais tolerantes a solos mais ácidos e com baixa fertilidade. As transformações provocadas pela introdução das gramíneas no território tradicional kaiowa e guarani é paradigmático para pensar a dimensão que a introdução de plantas exógenas pode significar para uma população indígena, pelo impacto que pode representar em termos de mudanças ecológicas.

Outra contribuição importante do trabalho de Descola em sua etnografia sobre os Achuar pode ser incorporada na discussão dos dados

kaiowa e guarani. É possível argumentar que, tanto entre os Kaiowa e Guarani, como entre os Achuar, é possível identificar que a estrutura social e os princípios cosmológicos interferem de modo evidente no tipo de relação que a sociedade estabelece com o ambiente natural.

Para compreender como esta questão é proposta no quadro etnográfico que estamos analisando, é necessário incluir alguns dados da organização social e da cosmologia kaiowa e guarani. Os xamãs costumam considerar que, nas condições atuais, o problema da infestação de plantas daninhas atinge dimensões antes incomensuráveis, impondo uma distância ainda maior entre o tipo de roça cultivada pelos humanos e as roças dos deuses, cultivadas nos espaços celestes. Os discursos dos xamãs e os relatos míticos informam que os deuses nunca necessitam limpar suas roças, nelas não existem inços, apenas limpam a área, semeiam, rezam e logo retornam para colher os frutos. A diminuição na produtividade das roças humanas provocada pela infestação de gramíneas⁸ encontra seu correlato direto no distanciamento em relação ao modo correto de se viver – *teko katu* –, inspirado no comportamento dos deuses – *teko marangatu*. Predomina a compreensão de que o cultivo agrícola mais produtivo exige maior atenção às práticas religiosas que regulam as relações entre homens e deuses. Teríamos aí um fundamento moral para o crescente desinteresse pelas práticas agrícolas que tanto preocupam indigenistas e administradores que atuam entre os kaiowa e guarani. Para estes índios, parece ser difícil se interessar pelas práticas agrícolas desvinculadas da necessária relação com as divindades.

À primeira vista, a fertilidade do solo passou a ser um fator limitante para a produtividade agrícola nas comunidades kaiowa e guarani só a partir da invasão das gramíneas. Mas, na compreensão dos índios, ela sempre remete ao contato e atritos gerados pelo encontro entre eles e os brancos, envolvendo também suas cosmologias. As gramíneas encontram nos solos dos territórios por eles ocupados condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento e proliferação do que nas condições de clima e solo de origem⁸. A velocidade e voracidade com que estas plantas conquistam, a cada ano, novos espaços espantam as lideranças indígenas, como se expressou Marco Veron (em janeiro de 2000), então capitão da aldeia de Taquara:

esse capim e esta braquearia que o fazendeiro plantou na nossa terra e que para ele é uma riqueza, para nós é uma praga, é a pior praga, a riqueza para nós é o mato que não existe mais porque ele derrubou.

A riqueza para o fazendeiro é considerada “a pior praga” pelos índios, remetendo a diferentes percepções dos recursos presentes no espaço, das formas de manejo destes recursos e dos diferentes usos sociais.

A racionalidade científica ou agrônômica apontaria que os principais fatores de limitação da produção atual das roças cultivadas pelos Kaiowa e Guarani seriam: a introdução e proliferação das gramíneas na região; o descontrole do fogo que consome a massa seca produzidas pelas gramíneas; o empobrecimento dos solos devido às seguidas queimadas; o confinamento em pequenas áreas de terra e o aumento da pressão sobre os recursos disponíveis. Na compreensão indígena tais fatores não são descartados, mas também não são considerados suficientes para produzir uma explicação satisfatória.

Retomando o tema do manejo tradicional do fogo, os relatos míticos apresentam as lavouras dos deuses sempre em roçados novos, não há menção ao replantio de roças. Todo ano, os deuses estendem um fio por eles tecido, circundando a área a ser cultivada, tomam as duas pontas do fio e as puxam, derrubando de uma só vez toda a mata no interior do círculo. Uma vez derrubada a mata, ateiam fogo e, em seguida, realizam o plantio com o auxílio das mulheres. A colheita é feita em seguida, pois as plantas crescem rapidamente. Todos os procedimentos devem contar com a prática propiciatória das rezas. Fica sempre evidente o uso do fogo e o cultivo a cada ano de novos roçados. Enfim, não há cultivo sem fogo. Por outro lado, a prática dos homens de replantar suas roças reflete as condições imperfeitas de sua existência terrena atual.

Abandonar o uso do fogo representa um duro golpe para a agricultura kaiowa e guarani. Para eles, a lavoura cultivada sem o conjunto de práticas culturais consolidadas, incluindo o uso do fogo, é lavoura incompleta e a convicção de sua incompletude parece se reforçar na baixa produtividade das roças atuais. Confrontados com a alta produtividade das lavouras tecnificadas praticadas na região, com elevado uso de insumos, atribuem isto aos segredos dos “brancos”, no uso de venenos e adubos, nos quais reconhecem propriedades mágicas. O reconhecimento do forte enraizamento cultural do uso do fogo permite propor que o seu abandono e a incorporação de novas formas de produção, caso isto seja possível ou desejável, vai requerer um longo processo de discussão com as comunidades. Com certeza vai exigir também a demonstração da viabilidade, inclusive simbólica, destas novas técnicas.

Recuperar a autonomia de produção de alimentos destas comunidades requer a consideração de ordens étnicas ou, se preferirmos, culturais. Isto porque as atuais dificuldades de produção, acima apontadas, não apenas desestruturam a agricultura desses índios, mas também causam sérios distúrbios na organização social e em seu sistema de crenças religiosas. A proliferação das gramíneas e o descontrole do fogo implica-

ram transformações profundas no espaço geográfico, cujas características anteriores a esta introdução permitiam a produção das condições necessárias à prática da agricultura kaiowa e guarani e seus sistemas culturais, identificado por eles como *ñande reko*.

Considerações finais

Os dados discutidos ao longo do texto permitem recuperar, sob bases mais sólidas, a conectividade entre as variáveis territorial, organizacional e ambiental (ou de gestão territorial). Foi possível demonstrar que a perda do controle territorial impôs às comunidades kaiowa e guarani um novo padrão demográfico, pois passaram a viver em reservas superpovoadas. As reservas acabaram por reunir parentelas sem os necessários vínculos de parentesco e aliança política, característicos das redes de alianças mais amplas, como chamamos a atenção na parte inicial do presente artigo. Os problemas sociais nas atuais reservas são de tal vulto que desafiam a capacidade de ação política das lideranças indígenas e de proposição de soluções por parte dos agentes indigenistas que atuam nessas comunidades. Um consenso é que qualquer proposição só se tornará viável se contar a demarcação de novas áreas, de acordo com as reivindicações indígenas.

Até o momento, têm surtido pouco efeito as tentativas de recomposição ambiental nas áreas kaiowa e guarani. Isto porque para eles parece fazer pouco sentido os humanos (ainda mais os “brancos” ou *karai*) interferirem diretamente nos processos de regeneração da floresta. Na concepção dos Kaiowa e Guarani, os animais e plantas sempre dispuseram de seus donos – *jara*, espécie de seres míticos, responsáveis por protegê-los e cuidar de sua reprodução⁹. Foram os brancos que derrubaram as matas, envenenaram o solo, o ar e a água e, assim, promoveram o afastamento dos *jara*. Daí a pergunta: como trazer de volta a mata e os animais sem o retorno de seus *jara*? Na compreensão dos xamãs isto só pode ser realizado através da retomada das práticas religiosas.

Segundo entendem os xamãs, a recomposição ambiental dá-se por meio de um processo demorado, não requerendo a interferência humana, pois lentamente a vegetação vai se tornando mais espessa até a mata retomar sua forma original. É possível afirmar que a questão é pensada não como regeneração, mas como apropriação, e implica relação necessária com os *jara*. Isto porque quando os Kaiowa e os Guarani vão ocupar uma área de mata para realizar cultivo ou para a construção de casa,

pedem, através de rezas, autorização para os *jara*. Concedida a autorização, eles se apropriam do local para realizar as práticas culturais humanas. No caso do plantio de lavouras, a terra cultivada não pertence ao agricultor, ele apenas pede permissão ao “dono do mato” – *ka’aguy jará* – para derrubar uma porção da mata e cultivar a lavoura para o sustento de sua família. Quando o agricultor abandona o cultivo, o espaço da roça antiga deveria ‘naturalmente’ ser reapropriado pelo *jara*, que nele retoma o cultivo de sua própria lavoura, no caso, a floresta.

Concomitantemente ao processo de reapropriação da antiga roça, de acordo com os propósitos da divindade responsável pelo seu desenvolvimento – *ka’aguy jará* – outros *jara* se aproximam, trazendo animais, pássaros e outros seres que habitam a floresta, todos seres culturais (ver Pereira, 2004, cap. 4). No âmbito mais geral da cosmologia kaiowa e guarani, os xamãs afirmam que a recomposição ambiental dependerá da retomada das relações dos líderes religiosos com as divindades, o que só pode ser feito a partir da retomada das rezas e não a partir da proposição do ‘branco’, já que são eles os responsáveis diretos pelos problemas que enfrentam.

Entretanto, reconhecem que, nas condições atuais, a floresta está acabando e, na maioria das áreas demarcadas, é impossível encontrar mata para fazer roças ou mesmo lenha para o fogo culinário, imprescindível para o preparo das refeições e o aquecimento das residências no período do inverno. Atribuem a responsabilidade pela destruição da mata aos brancos que invadiram seu território, sendo comum ouvir a afirmação: “*karai ho’upa ore ka’aguype* – os brancos devoraram todo nosso mato”. Poderíamos acrescentar, não só devoraram o mato, como afastaram as divindades. Isto gera sérios impasses à reprodução social, principalmente por dificultar a convivência comunitária, necessária para a retomada das práticas religiosas.

Os Kaiowa e Guarani, mesmo os mais ligados às práticas religiosas tradicionais, reconhecem claramente os desafios colocados por problemas como a extinção das matas, a introdução de gramíneas, o desaparecimento dos animais e o descontrole do fogo. Entretanto, elegem como fator explicativo determinante a imposição do modo de vida do branco – *karai reko* – e o abandono por parte deles do modo próprio de ser – *ava reko*.

Para finalizar, retomo brevemente a relação entre as três variáveis propostas que orientaram a exposição e análise dos dados ao longo do texto. A abordagem da **variável territorial** permitiu discorrer sobre os aspectos que dizem respeito à necessidade de ampliar o espaço disponível para a reprodução física e cultural das comunidades indígenas, a partir

do reconhecimento e identificação de terras tradicionalmente ocupadas e que foram expropriadas a partir do avanço das frentes de ocupação extrativista e agropecuária.

A abordagem da **variável organizacional** permitiu discutir dados a respeito do modo como determinadas lideranças se mobilizam politicamente para aglutinar famílias de parentes e aliados, com o objetivo de recompor comunidades cujas famílias, muitas vezes, se encontram dispersas por várias localidades. Com essa ação política, as lideranças buscam viabilizar a retomada das áreas a serem reconhecidas como terras indígenas. Os processos organizacionais destas comunidades geralmente apresentam muitas dificuldades e impasses, pois a condução do processo político de rearticulação das comunidades é, às vezes, orientado por lideranças que se inspiram em imagens como as de reserva¹⁰, chefe de posto¹¹ e capitão¹². Tais imagens estão muito presentes entre os Kaiowa e Guarani, até porque se enraízam em décadas de experiência histórica de vida em reservas. Os dilemas colocados pelo desafio de reorganizar estas comunidades enquanto comunidades políticas resultam, às vezes, em intensas disputas internas, cuja análise demandaria a redação de outro artigo. Na compreensão média das lideranças indígenas, cada uma delas se projeta como capitão de uma reserva, pensada como unidade político/administrativa autônoma, sobre a qual o capitão exerceria total controle. Assim, a tendência da maior parte das lideranças de comunidades em processo de regularização fundiária é de projetar suas expectativas de futuro a partir da experiência histórica das reservas, embora esteja em curso um intenso debate interno entre lideranças de várias comunidades que se reúnem periodicamente.

Os órgãos públicos responsáveis pelo acompanhamento das comunidades indígenas, como o Ministério Público Federal e a FUNAI, ainda carecem de metodologia de trabalho que permita apoiar as lideranças e as comunidades na superação das dificuldades geradas nos processos políticos de recomposição das comunidades mobilizadas em função de suas demandas territoriais. A construção de tal metodologia parece requerer que os representantes do órgão indigenista oficial explicitem para as lideranças e comunidades indígenas, os parâmetros legais que poderiam orientar a vida política nos territórios indígenas, tanto nas atuais reservas, como nas terras de ocupação tradicional indígenas, em processo de regularização. Seria fundamental a participação indígena na construção de um modelo de organização e administração das terras indígenas kaiowa e guarani que permitisse superar a antiga estrutura política de posto indígena implantada nas reservas. Tal modelo, ainda em voga, está em

total falta de sintonia com a legislação atual, já que foi pensado a partir do modelo integracionista, sepultado pela Constituição atual.

A falta de uma política indigenista oficial mais eficiente para dar conta dos problemas organizacionais apresentados pelas comunidades indígenas favorece a entrada em cena de agentes políticos na maior parte das vezes desqualificados, o que torna o processo ainda mais complexo e problemático. Aproveitando a lacuna do Estado, proprietários de terras, donos de mercados, políticos, Ongs, universidades e toda a sorte de instituições e pessoas que se julgam especialistas em assuntos indígenas ou “amigos dos índios” se habilitam para dar palpites e interferir diretamente nos assuntos internos das comunidades, inclusive em suas demandas territoriais.

A abordagem da **variável ambiental, ou da gestão territorial**, permitiu refletir sobre os impasses colocados pela depredação ambiental e sobre a necessidade de construir, junto com as lideranças e suas comunidades, formas de viabilizar a reprodução física e cultural dentro de espaços degradados, sem levar à exaustão dos poucos recursos presentes, como fragmentos de mata e diminutos recursos de caça, pesca e coleta. A falta de uma política de gestão destes territórios deixa as comunidades desassistidas, com dificuldades em produzir os bens necessários a sua existência material, dado o grau de exaustão dos recursos ambientais. Na ausência de alternativas para a exploração da terra pelos indígenas, as lideranças das comunidades ficam à mercê do assédio de pessoas que têm interesse em arrendar as pastagens aí existentes, ou de praticar a agricultura mecanizada. Resulta daí que várias das terras kaiowa e guarani demarcadas, nas últimas décadas, em Mato Grosso do Sul (como Pirakuá, Paraguaçu, Sete Serros, Cerrito, Guasuty, entre outras), encontram-se arrendadas para criadores de gado ou agricultores. Isto gera sérios problemas políticos internos à comunidade, com a divisão entre os que são contra os arrendamentos e os que são favoráveis. Novamente, nota-se aí a total inoperância do aparato indigenista oficial em assegurar o direito constitucional de usufruto exclusivo por parte dos indígenas das terras a eles destinadas.

Concluo retomando a proposição inicial. O ponto de partida do artigo foi o pressuposto de que a regularização fundiária das terras de ocupação tradicional das comunidades kaiowa e guarani em Mato Grosso do Sul requer a aplicação de procedimentos de identificação e demarcação destas terras e que o objetivo desta regularização é assegurar a reprodução física e cultural destas comunidades, de acordo com os preceitos constitucionais. Foi possível demonstrar que o pleno atendimento deste

preceito só será alcançado se consideramos, de forma conjunta, as variáveis territorial, organizacional e ambiental, reconhecendo suas implicações recíprocas. Só assim o Estado e a sociedade brasileira poderão devolver um pouco do que subtraíram das comunidades kaiowa e guarani em Mato Grosso do Sul.

Notas

¹ Os Kaiowa e Guarani são falantes de língua guarani, com significativas variações dialetais. Além da proximidade linguística, compartilham várias características de suas organizações sociais e sistemas cosmológicos, mas fazem questão de se apresentarem como grupos étnicos distintos. No presente artigo, trato conjuntamente dos dois grupos étnicos, que muitas vezes se encontram mesclados nas mesmas comunidades devido aos frequentes casamentos interétnicos. O tratamento conjunto se justifica devido à discussão de questões comuns aos dois grupos étnicos.

² Na condição de mão-de-obra temporária, normalmente os índios eram contratados para realizar empreitadas, em tarefas como a derrubada de matas, destoca, limpeza de pastagens ou plantio de lavouras. Normalmente, a atividade era intermediada por um empreiteiro ou “gato”, na maioria dos casos de origem paraguaia, que por ser falante da língua guarani tinha entendimento facilitado com os Kaiowa e Guarani. Os agregados constituíam população permanente na fazenda, em certo sentido faziam parte do patrimônio da fazenda, e sempre estavam presos aos patrões por dívidas. Em vários casos constatados em pesquisas, como nos casos descritos no relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Arroio Korá, em Paranhos, MS (Pereira, 2002a), as famílias de agregados eram parte de uma comunidade indígena radicada no local antes da instalação das fazendas, que lograram negociar sua permanência no local mediante a disposição em assumir a condição de agregados da fazenda, que ajudaram a implantar ou “formar” sobre suas terras.

³ Coivara é um termo de origem tupi, e agricultura de coivara se refere à prática indígena e cabloca de derrubar uma pequena porção de mata, queimar e recolher os galhos para depois semear em meio ao solo coberto de cinzas. A prática é considerada muito apropriada ao clima tropical, desde que a pressão demográfica não seja muito grande e as áreas cultivadas possam passar por um período apropriado de repouso, até serem novamente utilizadas para a agricultura.

⁴ O antropólogo Bartomeu Meliá, maior referência para os estudos sobre os Kaiowa e Guarani, comentou, em comunicação pessoal, que o termo *kokue kue* seria uma espécie de pleonasma, pois “ko” significaria roça e “kokue” já seria roça antiga, abandonada, pois *kue* significa algo que já foi. O uso do termo *kokue* pelos Kaiowa atuais para se referir à roça que estão efetivamente cultivando poderia, segundo Meliá, ser um indicativo da degradação ambiental do espaço em que vivem, pois eles estariam fazendo suas roças em locais já utilizados e que não passaram pelo período de repouso, que requer vários anos até a regeneração da vegetação nativa e recomposição dos nutrientes do solo.

⁵ Estas gramíneas possuem um alto poder de regeneração após as queimadas, e grande capacidade de propagação por perfilhamento e difusão de sementes.

⁶ Informações coletadas em Pirakuá, onde os Kaiowa dispõem de uma linda mata, atingida quase anualmente pelo fogo.

⁷ Durante os anos de 1982-84, atuei como técnico agrícola em um projeto de incremento à produção coordenado por um agrônomo com o qual os Kaiowa tinham muita familiaridade e liberdade para expressarem livremente suas opiniões, embora ele pouco as levasse em conta. Um dos líderes indígena costumava contestar as sugestões do agrônomo quanto às técnicas de cultivo apropriadas para garantir uma boa produtividade, dizendo “mas não é assim, você não entende”. Ao que ele costumava responder, “ta bom, eu sou agrônomo e não entendo e você é índio e entende”. Na época, eu mesmo me envolvi em muitas dessas querelas, nas quais o bom senso sempre fazia prevalecer a vontade indígena sobre o nosso suposto saber técnico, até porque ficava claro que sem a adesão dos índios o projeto estaria fadado ao fracasso.

⁸ Experiências de traslado de espécies vegetais e animais de um ambiente para outro têm se revelado muitas vezes desastrosas para as espécies nativas, como mostram os estudos de ecologia.

⁹ Nos últimos anos, realizaram-se estudos de etnologia indígena em diversas sociedades indígenas sul-americanas nas quais se evidenciou a existência de seres míticos, comumente denominados de guardiães de espécies animais e vegetais. Em povos de língua guarani estes seres são denominados de *jara*. Exemplos pioneiros destes estudos são os trabalhos de Gallois (1988) e Descola (1988). Viveiros de Castro (2002) dedicou vários capítulos de seu livro ao estudo do tema, destacando sua importância para a compreensão dos sistemas sociocosmológicos indígenas. Os dados a respeito dos *jara* apresentados no presente artigo são resultados de estudos de campo que realizei entre os anos de 1998 e 2008, mas incorporo contribuições importantes do trabalho de Meliá, Grünberg e Grünberg (1976).

¹⁰ A discussão da reserva enquanto espaço organizacional implantado pelo órgão indigenista oficial aparece em Pereira (2007).

¹¹ Funcionário do órgão indigenista oficial incumbido de administrar a reserva.

¹² Líder indígena reconhecido como representante oficial da população que vive na reserva. O cargo foi criado pelo SPI, mas a FUNAI extinguiu o cargo na região do cone sul do MS, em abril de 2008, embora esta figura continue existindo na maior parte das reservas.

Referências

BRAND, Antonio J. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra*. 1997. Tese (Doutorado em História) - PUC/RS, Porto Alegre, 1997.

_____. *O confinamento e seu impacto sobre os Pai-Kaiowá*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) - PUC/RS, Porto Alegre, 1993.

DESCOLA, Philippe. *La selva culta: simbolismo y praxis en la ecología de los Achuar*. México: Ediciones Abya-Yala/IFEA, 1988.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. *Ñande Ru Marangatu: laudo antropológico e histórico sobre uma terra kaiowá na fronteira do Brasil com*

o Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

FERREIRA, Eva Maria Luiz. *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2007.

GALLOIS, Dominique Tilkin. *O movimento na cosmologia Waiãpi: criação, expansão e transformação do universo*. 1988. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 1988.

LUTTI, Aline Castilho Crespe. *Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowá no município de Dourados-MS (1990-2009)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2009.

MELIÁ, Bartomeu; GRÜNBERG, Georg; GRÜNBERG, Friedl. Etnografia Guaraní del Paraguay Contemporaneo: Los Pai-Tavyterã. *Suplemento Antropológico*. Assunción, CEADUC, v. 11, n. 1-2, p. 151-295, 1976.

PACHECO, Carlos Rodrigues. *A dinâmica territorial e os processos de (re)construção da terra indígena Jaguapiré Memby em Tacuru/MS: a ação do Estado e os conflitos de interesses entre indígenas e trabalhadores rurais sem terra (1954-2009)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2009.

PEREIRA, Levi M. Mobilidade e processos de territorialização entre os Kaiowá Atuais. *Suplemento Antropológico*, Asunción, v. XLII, p. 121-154, 2007.

_____. Relatório de identificação da Terra Indígena Taquara. Município de Juti, Mato Grosso do Sul, Documentação Funai, Brasília, 2005. [mimeo]

_____. *Imagens kaiowá do sistema social e seu entorno*. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS/USP, São Paulo, 2004.

_____. Relatório de identificação da Terra Indígena Arroio Kora. Município de Paranhos, Mato Grosso do Sul. Documentação Funai, Brasília, 2002a. [mimeo]

_____. Relatório de identificação da Terra Indígena Guyra Roká. Município de Caarapó, Mato Grosso do Sul. Documentação Funai, Brasília, 2002b. [mimeo]

PIMENTEL, Spency. *Sansões e Guaxos: Suicídio Guarani e Kaiowá - Uma Proposta de Síntese*. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/USP, São Paulo, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Inconstância da Alma Selvagem - e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

Recebido em 18 de outubro de 2009.

Aprovado para publicação em 28 de janeiro de 2010.

